

quentes, após o término do período de aplicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

BELÉM, 19 de abril de 2022.

MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 1854/2022-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ, R E S O L V E: CONCEDER a JOÃO EDUARDO BONATTO COSTA, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.1824, lotado na Promotoria de Justiça de Benevides, a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 11/4 até 10/6/2022, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758

Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 - Material de Consumo - R\$ 500,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subseqüentes, após o término do período de aplicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

BELÉM, 19 de abril de 2022.

MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 1855/2022-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ, R E S O L V E: CONCEDER a TATIANA MONTIBELLER PAIXÃO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.1284, lotada na Promotoria de Justiça de Parauapebas, a importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 6/4 até 5/6/2022, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758

Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 - Material de Consumo - R\$ 3.000,00

3390-39 - O.S. Terceiros - P. Jurídica - R\$ 2.000,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subseqüentes, após o término do período de aplicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

BELÉM, 19 de abril de 2022.

MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 1856/2022-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ, R E S O L V E: CONCEDER a KLEYSON DA SILVA SALDANHA VASCONCELOS, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.1121, lotado na Promotoria de Justiça de Capanema, a importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 5/4 até 4/6/2022, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758

Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 - Material de Consumo - R\$ 2.500,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subseqüentes, após o término do período de aplicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

BELÉM, 19 de abril de 2022.

MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 1857/2022-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando das atribuições que lhe foram delegadas por meio da PORTARIA nº 074/2015-MP/PGJ, R E S O L V E: CONCEDER a MILTON RODRIGUES DE CARVALHO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.2858, lotado na Promotoria de Justiça de Mocajuba, a importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, período de aplicação 6/4 até 5/6/2022, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO 12101.03.091.1494.8758

Promoção e Defesa dos Direitos Constitucionais

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 - Material de Consumo - R\$ 400,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subseqüentes, após o término do período de aplicação.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

BELÉM, 19 de abril de 2022.

MARCIO ROBERTO SILVA MENEZES

DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Protocolo: 786930

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Data: 07/04/2022 (quinta-feira)

Horário: 10h

Local: Plenário do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará
Presidência: Dulcelinda Lobato Pantoja, Marcos Antônio Ferreira das Neves
Secretária: Procuradora de Justiça Ana Tereza do Socorro da Silva Abucater

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

COMPARECERAM:

Estiveram presentes a Procuradora-Geral de Justiça, em exercício, Ubiragilda Silva Pimentel; os Procuradores de Justiça Manoel Santino Nascimento Junior, Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, Cláudio Bezerra de Melo, Luiz Cesar Tavares Bibas, Geraldo de Mendonça Rocha, Francisco Barbosa de Oliveira, Dulcelinda Lobato Pantoja, Marcos Antônio Ferreira das Neves, Adélio Mendes dos Santos, Ricardo Albuquerque da Silva, Mario Nonato Falangola, Maria da Conceição de Mattos Sousa, Leila Maria Marques de Moraes, Maria Tércia Ávila Bastos dos Santos, Estevam Alves Sampaio Filho, Jorge de Mendonça Rocha, Hezedequias Mesquita da Costa, Maria Célia Filocreão Gonçalves, Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento, Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Nelson Pereira Medrado, Rosa Maria Rodrigues Carvalho, Hamilton Nogueira Salame, Waldir Macieira da Costa Filho, Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva; e Ana Tereza do Socorro da Silva Abucater, Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça.

1. Assunto: Justificativas de falta:

Justificaram a ausência os Drs. Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Mariza Machado da Silva Lima, em consulta odontológica e Antônio Eduardo Barleta de Almeida.

1. Assunto: Afastamento das funções ou da carreira.

Não houve registro de férias nem de licenças.

1. Assunto: Aprovação de atas.

A ata da sessão ordinária de 03/03/2022 foi aprovada por unanimidade. Registrada a abstenção dos Procuradores de Justiça que não estiveram presentes à retro citada sessão.

1. Assunto: Comunicações da Secretaria.

A Secretária deu conhecimento ao Plenário do Relatório Analítico Semestral das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria-Geral do Ministério Público (OGMP) do segundo semestre de 2021 (protocolo nº 2874/2022).

A Secretária deu conhecimento ao Plenário do Relatório Estatístico Trimestral das atividades desenvolvidas pela OGMP no período de 01 de outubro a 31 de dezembro de 2021 (protocolo nº 2941/2022).

A Secretária comunicou que a Dra. Rosa Carvalho renunciou ao cargo de membro da Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Outorga de Comendas de Mérito Institucional; o Dr. Estevam Sampaio se prontificou a assumir o encargo e teve seu nome aprovado por unanimidade; a Procuradoria-Geral de Justiça providenciará a emissão de PORTARIA específica para formalizar o ato.

A Secretária informou que a Procuradora de Justiça Socorro Mendo, na qualidade de Relatora do processo nº 037/2021-CPJ, ao qual foram apensados os autos de exceções de suspeição ou impedimento opostas contra os Procuradores de Justiça Marcos Antônio e Nelson Medrado, alegando que, "nos termos do que prevê o art. 156 da Lei Complementar nº 057/2006, a presente Exceção deve ser arguida perante o Conselho Superior do Ministério Público, Órgão Superior competente para julgar processos dessa natureza", devolveu os autos "à Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça para que tome as medidas necessárias ao regular processamento do feito". Destarte, considerando que, na vigência da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, o Colegiado se julgou competente, processou e julgou exceções de suspeição e impedimento opostas contra seus próprios membros em processos administrativos com tramitação no CPJ, conforme Acórdão 007/2014-CPJ, publicado no Diário Oficial nº 32.669, edição de 24/06/2014, processo da relatoria do Procurador de Justiça Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves, submeteu o caso ao Plenário para que delibere sobre a incompetência do E. Colégio para processar e julgar exceções de suspeição e impedimento opostas contra seus próprios membros em processos administrativos em tramitação no CPJ, por ausência de previsão legal, e a consequente remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público para regular processamento das exceções opostas. O Dr. Raimundo de Mendonça pediu vistas. A apreciação do tema terá continuidade na próxima sessão ordinária do CPJ. Cientes os presentes.

1. Assunto: Palavra franqueada.

Nada a consignar.

1. Assunto: Escolha do nome do prédio do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) em Conceição do Araguaia.

A Secretária esclareceu que, concluído o levantamento pelo Departamento de Recursos Humanos, foram listados 26 (vinte e seis) membros do Ministério Público, já falecidos, que atuaram na Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia, razão pela qual foi formalizado processo e distribuído a um dos membros da Comissão Permanente de Assuntos Administrativos e Técnicos para a devida análise. A Dra. Dulcelinda Pantoja, Relatora do processo, se manifestou no sentido de que constatou a inexistência de critérios objetivos para filtrar e hierarquizar os indicados, razão pela qual vai baixar os autos em diligência antes de submeter ao Colegiado para deliberação.

COMISSÕES TEMÁTICAS

1. Processo nº 001/2021-CPJ. Origem: Procuradoria-Geral de Justiça. Tramitação: Comissão Permanente de Assuntos Institucionais e Outorga de Comendas. Relator: Procurador de Justiça Francisco Barbosa de Oliveira. Vistor: Pro-